

PESQUISAS SOBRE GÊNERO E SINDICALISMO DOCENTE: O QUE DIZEM A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL DAS MULHERES?

Márcia Cristiane Völz Klumb **Coronel** – UFPel

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O presente texto desdobra-se de uma pesquisa que investigou o uso do conceito de gênero na produção sobre sindicalismo docente realizada em Programas de Pós-Graduação da área de Ciências Humanas. Nele abordo os possíveis motivos que levam, ou não, mulheres docentes à participação sindical. Para tal, foram consultadas dissertações e teses com resumos disponíveis no *Banco de Teses CAPES* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A produção analisada totalizou oito trabalhos, os quais foram selecionados com base nos critérios de que tivessem em seus resumos a palavra-chave gênero e expressões referentes a sindicalismo docente. Foi possível identificar, após leitura integral dos estudos, algumas razões quanto à participação feminina nos sindicatos como: crenças político-ideológicas, defesa dos direitos, conquistas salariais, etc. Tais motivos foram interpretados como sendo de ordem ideológica, solidária e instrumental.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Sindicalismo Docente

PESQUISAS SOBRE GÊNERO E SINDICALISMO DOCENTE: O QUE DIZEM A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL DAS MULHERES?

Introdução

Nos últimos anos, questiona-se de forma mais acentuada a tendência androcêntrica da produção do conhecimento. Os pressupostos masculinos das ciências humanas começam a ser confrontados mais veementemente com a visão que incorpora igualmente as mulheres como sujeitos da história. As feministas acadêmicas tiveram um papel significativo à medida que não se conformaram com a ausência, invisibilidade e sub-representação da figura feminina nas ciências, com destaque ao movimento feminista do final da década de 1960 que impulsionou os estudos de gênero. Marlise Matos (2008) confere ao gênero

o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e **sexista**, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas (MATOS, 2008, p. 336, grifo meu).

Frente a este valor que tem sido atribuído ao conceito e o espaço que tem conquistado enquanto ferramenta de análise para os mais diferentes assuntos e áreas do conhecimento, a questão que tem despertado meu interesse é: como o campo de estudo do sindicalismo docente tem se comportado frente a estes estudos de gênero? Ou seja, seus/suas pesquisadores/as têm considerado o gênero em suas análises? Tais questionamentos tornaram-se potentes para a realização de uma pesquisa que investigou o uso do conceito de gênero na produção sobre sindicalismo docente realizada em Programas de Pós-Graduação da área de Ciências Humanas. O presente texto, com base nesta investigação, visa discutir acerca dos possíveis motivos que levam, ou não, mulheres docentes à participação sindical.

Apoio-me, teoricamente, nas ideias de Scott (1995) a respeito do gênero a fim de que os fatores sociais e culturais que constituem homens e mulheres docentes nos mais variados espaços, como escola e sindicato, possam ser devidamente contemplados. Dentre as autoras que serviram de suporte teórico quanto à temática gênero e organização sindical docente destaco aqui Street (2008). Esta utilizou o gênero ao se debruçar sobre o movimento docente mexicano buscando considerar em suas análises os aspectos socioculturais que atravessam os/as professores/as. Da mesma forma, pretendia dar voz e visibilidade às mulheres militantes, sobretudo rever a “misoginia estrutural de [suas próprias] objetivações” (STREET, 2008, p. 396). Tal posição a levou a uma retomada de suas investigações sobre movimento docente com um diferencial: analisar o sujeito de seus estudos a partir da ótica do gênero. Com isto colocou as mulheres como figuras centrais, a fim de terminar com a invisibilidade que sofrem como sujeito social. Street, portanto, defende, que em tempos como os atuais nos quais se busca repensar as ciências sociais, deverá se repensar essa área de conhecimento necessariamente abordando, de forma expressa, as mulheres. O que a autora fez, portanto, utilizando-se do olhar do gênero.

Quanto aos procedimentos metodológicos da investigação que serviu de base a este texto, foi realizado um levantamento de teses e dissertações referente a gênero e sindicalismo docente, com resumos disponíveis no *Banco de Teses CAPES – Resumos*¹.

¹ Sítio eletrônico da instituição - <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. No momento da coleta de dados, encontravam-se disponíveis resumos dos trabalhos defendidos entre os anos de 1987 a 2011.

O critério para a seleção dos trabalhos era que seus resumos tivessem a palavra-chave gênero e expressões como sindicalismo/sindicato/associação de trabalhadores em educação/associação docente/associação de professores e organização docente. Assim, chegou-se a um conjunto de oito pesquisas, lidas na íntegra e descritas no quadro a seguir.

**Dissertações e teses selecionadas que abordam gênero e sindicalismo de docentes -
CAPES - 1987/2011**

Autora	Título/Ano	Área de conhecimento	Nível	Instituição/Região	Orientador/a
Ruth Bernardes de Santana	Professores de 1º e 2º graus: representação social e mobilização coletiva/1993	Sociologia	M	USP/Sudeste	Teófilo de Queiróz Junior
Fábia Liliã Luciano Carminati	Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve/1993	Educação	M	UFRGS/Sul	Guacira Lopes Louro
Corina Michelin Dotti	Representações de mulheres-professoras: incursões nos espaços público e privado/1994	Educação	M	UFRGS/Sul	Merion Campos Bordas
Margaret Maria Chillemi	Produção de subjetividade, militância e gênero/1997	Psicologia	M	PUC-RS/Sul	Jorge Castellá Sarriera
Maria de Lourdes Mazza de Farias	Nem rosa, nem azul: relações de gênero na família, na escola e no sindicato/1998	Educação	M	UFPR/Sul	Naura Syria Carapeto Ferreira
Cláudia Pereira Vianna	Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo/1999	Educação	D	USP/Sudeste	Marília Pontes Sposito
Kátia Pereira Coelho Camargo	Relações sociais de gênero entre mulheres/professoras na Regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho /2007	Educação	M	PUC-Goiás/Centro Oeste	Lúcia Helena Rincón Afonso
Joseane Maria Parice Bufalo	Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC-1988-2001)/2009	Educação	D	UNICAMP/Sudeste	Ana Lúcia Goulart de Faria

Fonte: elaboração própria com base no *Banco de Teses – Resumos CAPES (22/10/12)*.

Na sequência, abordarei de maneira mais geral o que tratam estes trabalhos em relação às mulheres docentes e o movimento sindical, e, somente então, adentrarei na questão específica, que é levantar discussões sobre possíveis razões para sua participação, ou não, no sindicato.

Ressalto que atualmente o *Banco de Teses CAPES* passa por alterações.

As mulheres e a organização sindical docente a partir da ótica do gênero

A partir da análise das dissertações e teses constato o uso do gênero resumido basicamente a duas situações distintas. Um primeiro uso do conceito foi observado nas pesquisas que pretendiam explorar os significados de gênero presentes nas ações coletivas protagonizadas por docentes. Ao ser utilizado com este propósito, uma das teses descreve claramente a concepção do gênero:

Uma construção de significados que perpassa as relações sociais nos mais diferentes espaços (SCOTT, 1990), entre eles a escola, as entidades e sindicatos docentes e as ações coletivas neles desenvolvidas por professoras e professores (VIANNA, 1999, p. 30).

Recorrer ao uso do gênero também foi comum entre os estudos que centraram sua atenção sobre o sexo feminino. O fato de não se deterem propriamente nas relações entre homens e mulheres nos sindicatos não foi um impeditivo para as autoras dos trabalhos optarem pelas lentes do gênero. Deste modo, um segundo uso do conceito foi constatado nas pesquisas que tiveram interesse em investigar as mulheres e sua relação com a organização docente. Em uma das dissertações, o uso do gênero voltado para o estudo sobre as mulheres é justificado de forma bastante clara pela autora: “ao pesquisar e teorizar no feminino, utilizei o gênero como categoria de análise, uma vez que a problemática do magistério está diretamente ligada à mulher” (CARMINATI, 1993, p.6).

Detectadas as diferenças quanto aos usos do gênero nas pesquisas, percebo algo que é recorrente no campo do sindicalismo docente preocupado com o estudo das construções sociais dos sexos: o referencial teórico. As ideias de Joan Scott (1995) prevaleceram como sustentação teórica para estes trabalhos que buscaram considerar em suas análises as relações sociais que participam na constituição de militantes docentes.

Com base no referencial mencionado, as dissertações e teses com tendência a se importar mais com a figura das mulheres, não só consideraram as relações de gênero nas quais as mesmas estão inseridas, como possibilitaram a interpretação de possíveis dificuldades enfrentadas pelas professoras com a organização sindical da categoria. Alguns destes trabalhos deixam clara a existência de obstáculos que estariam dificultando às mulheres uma participação mais efetiva no movimento sindical. Isto não significa ausência de sindicalização no sentido de filiação e/ou participação, mas as mulheres enfrentariam alguns entraves para atuarem de forma mais ativa, se comparada aos homens.

Do conjunto de estudos analisados, foi possível observar fatores externos e

internos à instituição sindical que poderiam estar interferindo de forma negativa no envolvimento das docentes com a organização da sua categoria.

Início pelos fatores externos: a condição de gênero. Neste sentido, refiro-me à condição materna e de doméstica que perpassaram a figura feminina por séculos e que aparentam configurar entraves na busca de serem mais ativas e envolvidas na militância. Uma primeira constatação é retirada do estudo de Fábria Liliã Carminati (1993), a autora observou que da concepção do magistério ligado à condição materna, as docentes “parecem se mostrar mais apegadas às exigências ou ao perfil tradicional de professora-mãe, responsável (sempre) por seus alunos-filhos e demonstram dificuldade de se inserir nos movimentos organizados pela categoria” (idem, p. 91).

O mesmo fenômeno ocorre com a domesticidade. As dissertações como as de Corina Dotti (1994), Maria de Lourdes Farias (1998) e Katia Camargo (2007), abordaram o trabalho doméstico, a meu ver, como mais um dificultador para as docentes se engajarem nas lutas de sua categoria. A fim de ilustrar o que tem a contribuir estas pesquisas acerca do assunto, cito as conclusões de Camargo (2007, p. 146): “os vários papéis que a mulher/professora tem, acabam por dissolver sua ofensiva sindical [...]”, além do mais “mesmo conquistando seu espaço público, a mulher continua alienada ao ambiente doméstico. Suas ações no que se refere ao engajamento sindical ficam no âmbito ideológico e não em sua prática” (idem, 136).

Quanto aos fatores internos, ou seja, que são (re)produzidos no próprio ambiente sindical, as pesquisas apontaram para práticas sexistas contra mulheres e a invisibilidade feminina nestes espaços, realidades captadas devido à inserção do gênero nas análises. É possível destacar alguns estudos que nos permitem visualizar tais questões.

Na dissertação de Maria de Lourdes Farias (1998) comentou-se que as entidades sindicais ainda convivem com discriminações e preconceitos contra o feminino. Um exemplo disso seria a clássica reprodução histórica da divisão sexual do trabalho refletindo no interior do sindicato, em que mulheres são relegadas geralmente a ocupação dos cargos de secretárias, por exemplo, enquanto os homens estariam na presidência. Neste aspecto, Margaret Maria Chillemi (1997) identificou o caso do SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba), já que até o momento de sua pesquisa, nenhuma mulher havia ocupado o cargo de presidente, embora elas tivessem uma grande participação na história do movimento e permanecessem envolvidas nas atividades da instituição. Por sua vez, Joseane Maria Bufalo (2009) observou que as mulheres têm grande envolvimento no sindicato

investigado, mas simultaneamente são invisibilizadas à medida que nenhum termo feminino correspondente à categoria destas docentes de creche foi encontrado nas atas, as mesmas se encontravam representadas pelo masculino genérico.

Por fim, é na alegação de Margaret Maria Chillemi (1997, p. 100) que acredito encontrar a ideia que aproxima grande parte das dissertações e teses: “não há dúvidas de que o sindicato e o partido são considerados territórios masculinos, que dificultam a participação da mulher”.

E em meio a este contexto de maiores dificuldades para a atuação ativa de mulheres, a questão que se coloca é: o que motiva mesmo assim o público feminino a participar sindicalmente?

Sindicalização de docentes: algumas motivações

Uma das características que marca os sindicatos docentes é a sua base majoritariamente feminina. No entanto, o que apontam as dissertações e teses sobre possíveis razões para a participação sindical por parte das mulheres?

Ao procurar por esta questão não foram todos trabalhos que chegaram a abordar a temática, além do mais, quando abordada notei que é pouco discutida. Contudo, é válido resgatarmos algumas hipóteses.

Tomo de empréstimo para minhas análises as ideias de Guerrero Serón (1991) sobre as razões para a filiação de docentes. O autor alega que há três principais motivos: os instrumentais, os ideológicos e os solidários. Enquanto o primeiro motivo se apoia na defesa dos próprios interesses do indivíduo, o segundo seria a luta pelas crenças político-ideológicas, já o último seria a luta por interesses coletivos.

Se, por uma parte, pesa a hipótese de que a maioria se sindicaliza por motivos instrumentais (FERREIRA, 2006), por outra, não se deve desconsiderar o fato das mulheres terem sido historicamente educadas para atender o bem do *outro*, segundo acreditam algumas estudiosas da linha do “feminismo da diferença” como Carol Gilligan (s.d.), o que talvez contrabalançasse os meros interesses pessoais. A autora tornou-se conhecida no Brasil, especialmente, por sua obra traduzida como: Uma voz diferente. Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta (s.d). Nela foram questionadas as teorias sobre o desenvolvimento humano construídas com base única nas experiências com homens e meninos. Desta feita, a autora introduziu análises sobre desenvolvimento moral com participação também da voz das mulheres. A partir deste estudo sustentou-se a ideia de que elas vivem desde sua terra

idade voltadas para os relacionamentos e valorização do cuidado para com o outro. Seguindo nesta linha, a conexão e a ligação com as pessoas receberam destaque como elementos que atravessam a formação da identidade de gênero feminino

[...] as vozes masculinas e femininas falam tipicamente da importância de diferentes verdades, a primeira do papel da separação enquanto define e fortalece o eu, a última do processo em curso de ligação que cria e mantém a comunidade humana (GILLIGAN, s.d., p. 168).

Outra questão a ser ponderada diz respeito também às mulheres, mas especificamente as que atuam como professoras, isto é, não se pode desconsiderar o próprio contexto no qual surgiu a atividade docente. O magistério esteve por longo tempo ancorado na necessidade de doação e entrega pelo *outro*, no caso do/a aluno/a que se tornaria um filho/a dentro da concepção de magistério ligado à maternidade.

Tem-se conhecimento de intensos discursos por toda sociedade, também por parte do Estado, associando à docência aos aspectos maternos. O magistério foi sendo adequado ao sexo feminino, à medida que tomou “de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres” (LOURO, 2011a, p. 100). Ocorreu então, que além de persistir na profissão a ideia de vocação/sacerdócio, esta sustentou-se também nos atributos maternos. Segundo Louro (2011a):

A representação do magistério é, então, transformada. As professoras são compreendidas como mães espirituais – **cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha**. De algum modo, as marcas religiosas da profissão permanecem, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e símbolos, mantém-se **o caráter de doação e de entrega** que já se associava à atividade docente (idem, p. 101) (grifos meus).

A partir dessas características de doação ao *outro*, geralmente associadas às mulheres/professoras, poder-se-ia imaginar que elas têm a tendência de uma participação sindical por motivos solidários. Ou estas questões não chegam a influenciar quando falamos de sindicalismo docente? Nos próximos itens explorarei o conteúdo dos trabalhos acerca dos motivos que mobilizam as mulheres professoras.

Ideologias políticas como mobilizadores

O episódio da ditadura militar brasileira despertou os movimentos sociais para a luta pela redemocratização do país, especialmente no final dos anos de 1970. Nesse momento de transição democrática houve paralelamente o registro de importantes movimentos de greves da categoria docente, que, aliás, contaram com um grande número de professores/as engajados/as. Neste contexto a greve de 1979 foi um marco na

história do magistério.

Os dados empíricos de um dos trabalhos analisados remetem a esta greve, mas mais do que isso deixa explícito a influência do contexto político brasileiro e o sentimento da professora militante entrevistada, o qual certamente representa outras tantas.

A minha participação no movimento sindical, inicialmente na AMPEP, se deu na primeira greve, em 1979. Foi a primeira greve, assim, de funcionário público na Paraíba [...] (CHILLEMI, 1997, p. 90).

Eu acho que toda política nacional começou a despertar para as pessoas esse **sentimento de mudança, realmente, de transformação**. (...) Eu despertei para isso. A necessidade de participar daquela organização [...] (idem, p. 91) (grifo meu).

As preocupações políticas presentes na aproximação da militante com o sindicato possibilitam interpretar que mesmo estando numa atividade profissional considerada uma extensão do espaço doméstico, do âmbito privado, as mulheres não apenas foram ocupar um espaço público, mas se interessam e atuam em assuntos tradicionalmente relacionados ao domínio masculino.

Desta feita, as razões para a participação no sindicato apontam que não somente os homens, mas também mulheres apresentam motivações ideológicas, buscando através da organização do professorado muito mais que a defesa de interesses pessoais ou coletivos, mas lutando por crenças político-ideológicas. Esta realidade é reforçada pela tese de Cláudia Vianna (1999, p. 123) durante as entrevistas que realizou com uma docente militante: “Dessa forma, como enfatiza Dilma, a militância na Apeoesp ‘completa o fazer docente’, porque ‘é o outro lado da tua luta por uma sociedade mais justa, por alguma coisa melhor’”.

Na luta por direitos e por interesses coletivos

“nem só de salário vivem as docentes [...]” (BUFALO, 2009, p.16)

No contexto da ação exploratória intensificada pelo sistema capitalista surge então como uma alternativa o sindicato. Dal Rosso (2011, p. 19) se dirige ao “processo racionalizado e sistemático da exploração capitalista” como responsável pelo aparecimento da categoria de trabalhador assalariado e pela necessidade de “organização de autodefesa da classe”, apontando o sindicato enquanto “uma forma de defesa e de resistência dos assalariados no capitalismo”.

Concorda-se que o sindicato aparece em meio a uma tomada de consciência da classe trabalhadora da exploração e opressão a que é submetida, por outra parte, não se deve desconsiderar a observação de Souza-Lobo (1991) de que a formação de um movimento não resulta apenas de uma relação causal, como no caso de miséria-demanda ou opressão-reivindicação. A autora esclarece que as “formulações de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade” (SOUZA-LOBO, 1991p. 177).

Esse caráter da coletividade pode ser encontrado entre professoras que participam ativamente do movimento sindical, em que os interesses da categoria como um todo é que se sobressaem e junto uma construção de identidade para a profissão.

Essa dinâmica de construção coletiva das experiências vividas (Benjamin, 1994, 1995) nos **interesses aglutinadores da categoria favorece o sentimento de pertencimento das docentes de creche**. Ou seja, quando defendem, nos movimentos de resistências culturais, o que é ser docente de creche através das reivindicações, que são expressões dessa categoria, **afirmam uma construção coletiva dessa profissão**. Esse movimento, além de criar significados para que as docentes estejam nas lutas, também tenciona e problematiza o que é ser docente de creche no contexto de construção da categoria (BUFALO, 2009, p.11) (grifo meu).

Isso é expresso nas pautas de reivindicações do STMC [Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Campinas], quando, nos conteúdos e na própria forma de ação político-pedagógica, vê-se a **expressão coletiva da categoria** de docentes (idem, p.90) (grifo meu).

Da mesma forma, Farias (1998) concluiu, a partir do grupo de docentes que observou, que “o que leva as mulheres num primeiro momento para a luta sindical é a **consciência de classe**” (p.82) (grifo meu).

A consciência de que constituem uma classe trabalhadora de direitos também impulsiona as mulheres no movimento docente a formularem suas demandas e reivindicarem por elas.

[...] a docência de crianças em creches, construída a partir da luta sindical, é reiterada em cada ata, “nas próprias vozes das monitoras”. Atas nas quais elas se veem como trabalhadoras do serviço público municipal de Campinas e onde, sobretudo, reivindicam o **direito** a uma formação e a uma jornada condizentes com a docência em creche, reafirmando a especificidade dessa função (BUFALO, 2009, p.124) (grifo meu).

Essa forma de participação descrita nos remete aos motivos mais próximos do que Guerrero Serón (1991) denominaria de motivos solidários, se considerarmos a defesa por direitos que mobilizam as docentes e também a predominância da própria noção de coletividade em que está apoiada a construção da docência.

A organização sindical como espaço para a defesa de interesses individuais

Os fatores econômicos configuram uma das principais causas de mobilização dos sindicatos. Inúmeras foram as paralisações do professorado nos últimos anos buscando pela manutenção das conquistas salariais. No entanto, se as ruas por longo tempo não configuravam o espaço apropriado para as mulheres, mais recentemente elas fazem deste lugar seu palco de luta, pois como diria Louro (2011b, p. 474) “a professora sindicalizada, denominada de trabalhadora da educação, é representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho”.

A dissertação de Fábila Liliã Carminati (1993) mostra que são justamente questões salariais que surgem entre um grupo de mulheres docentes, vivendo um momento de greve, como um dos principais motivadores de sua participação do movimento. Por “buscar formas de luta por melhores condições de salários e trabalho, mesmo com certa fragilidade política, elas aderem ao movimento” (CARMINATI, 1993, p.97).

Interesses individuais igualmente estão em jogo na tese de Vianna (1999). Seus dados empíricos revelaram que nem todas as docentes entrevistadas se enquadravam numa participação sindical de cunho ideológico. As referências ao sindicato como uma entidade de apoio, por uma das docentes, apontam para interesses pessoais, ao valor dado aos benefícios que eram oferecidos. A autora observou no caso da militante que a “característica do sindicato, enaltecida por ela, está muito próxima do *associativismo*” (VIANNA, 1999, p.141).

Nesta mesma linha parecem pensar as docentes investigadas por Corina Dotti (1994), quando, antes de qualquer coisa, associam ao sindicato o papel de defender os interesses: “‘o professor tem que ter um órgão representativo que veja seus direitos... isto é necessário’ (I), ‘o sindicato é que defende a categoria’ (S)” (DOTTI, 1994, p.103, 104).

Em resumo, os motivos instrumentais estão dentre as razões para participação de docentes nas instituições sindicais. Contudo, o oposto também é válido, ou seja, quando interesses pessoais não estão sendo atendidos também se tornam motivos para não se filiarem, conforme discussão a seguir.

Desmotivadores para filiação

A entidade sindical se tornou uma das organizações de maior

representatividade entre a classe trabalhadora. A prevalência da cultura masculina destes espaços é a principal característica que destaco aqui (BLASS, 1994 *apud* VIANNA, 1999). Como a exemplo do sindicalismo europeu, as mulheres não eram bem vistas nos sindicatos em seus primórdios, devido à ideologia que via como intromissão feminina indevida numa esfera que não lhes pertencia (GUILBERT, 1966 *apud* SOUZA-LOBO, 1991). Apesar de predispostas para os homens “estas organizações foram construídas por homens e mulheres, graças ao debate sobre o trabalho - muitas vezes assexuado” (CAPPELLIN, 1994, p. 273). Embora não tenham tido a mesma aceitação que os homens, fato é que as mulheres participam, conforme vimos anteriormente, ora por consciência de classe, ora por fortalecer-se enquanto categoria para defesa dos seus direitos, ora para obter conquistas salariais, etc. No entanto, se o público feminino supera os obstáculos de uma cultura sindical hegemonicamente masculina para garantir sua presença nos sindicatos, quais seriam os motivos que em alguns casos as afastam?

Segundo o que pode ser retido do material analisado, este questionamento tem a ver num primeiro momento com questões de ordem pessoal, quando estão em jogo os interesses do indivíduo, ou, melhor dizendo, quando os interesses por ocasião não são contemplados, a filiação deixa de ser atrativa.

Em outra pergunta feita às professoras sobre o porquê não ter se filiado ao Sintego, a maioria alegou não se interessar pela filiação principalmente **pelo fato de não ver resultados** para quem já é filiado (CAMARGO, 2007, 137) (grifo meu).

Através dos registros efetuados em diário de campo, as professoras disseram quais deveriam ser as lutas em que o sindicato deveria se empenhar. Entre as dezenas de sugestões, ficou em primeiro lugar a alternativa de que **os sindicatos deveriam lutar para a melhoria dos salários** (idem, p.138) (grifo meu).

Nesse sentido, não se descartaria também a hipótese levantada por SANTANA (2009, p. 51) de que “o desinteresse feminino pelos sindicatos reside na organização e na atuação dos próprios sindicatos”.

A partir de análises sobre a não sindicalização dos docentes, Guerrero Serón (1993), tomando como caso de estudo o magistério público da Comunidade Autónoma de Madri, averiguou que entre os motivos para não afiliação constavam: a má imagem dos sindicatos; a desconfiança de que os sindicatos se movam por fins políticos; a falta de tempo e sua falta de necessidade. Por sua vez, o que trazem as dissertações e teses referente ao assunto quando se trata especificamente sobre a não sindicalização de docentes mulheres?

A pesquisa de Katia Camargo (2007) mostra uma aproximação da visão das

docentes investigadas com os motivos expostos por Guerrero (1991), principalmente quando a questão é a imagem que se tem do sindicato, que neste caso é a de uma entidade fragilizada: “‘falta recursos’; ‘não é organizado’; ‘falta investimento’; ‘por questões políticas ele não funciona’ [...]” (p.142).

A tendência a não participação observada por Corina Dotti (1994, p.105) se deve a motivos que não diferem tanto do trabalho anterior: “‘porque ‘não funciona’, ‘a diretoria não estimula’, não tenho horário’, ‘ não vale a pena’”.

Por fim, é interessante notar em um dos materiais analisados, dados que inicialmente divergem da tendência das mulheres de pensarem no *outro* apresentada por Gilligan (s.d). Ou seja, as docentes mostraram-se menos solidárias com a categoria do que com seus próprios interesses ao serem questionados os motivos da sua não participação, em especial dos momentos de greve.

A maioria (78%) respondeu que, nos dias de greve, adora ficar em casa, lavar roupa, dar uma faxina na casa ou ir para a fazenda matar porco ou vaca. No diário de campo, foram muitos os relatos sobre o que fazer em dias de greve [...]. (CAMARGO, 2007, 138, 139).

Palavras finais

A discussão levantada neste texto não se esgota aqui, faz-se necessário continuar os debates e um aprofundamento maior da temática sindicalização feminina em futuros estudos. Por outra parte, reconhece-se também a relevância destas dissertações e teses, pois embora não tenham esgotado todos os motivos do porquê as mulheres docentes participam, ou não, sindicalmente (cabe lembrar que não foi o objetivo destes trabalhos), encham-nos de entusiasmo pelas pistas que nos oferecem através de suas meticulosas investigações, que poderão guiar os próximos estudos.

Para finalizar, não poderia deixar de mencionar a contribuição destes trabalhos sobre a organização coletiva docente quando incorporam a preocupação com o gênero. Mostram-nos que recorrer a esta ferramenta é fundamental e promove o enriquecimento da pesquisa em termos de captar dados acerca da realidade da ação sindical do professorado, que sem o conceito permaneceria no campo do desconhecido. O gênero torna-se uma alternativa de não prosseguir em desconhecer a respeito da maioria feminina militante das entidades sindicais do professorado, sobretudo, possibilitando identificarmos as dificuldades que as militantes enfrentam e que precisam ser eliminadas totalmente, a fim de se alcançar a igualdade desejada nestes espaços.

Referências

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, número especial, p. 271-290, 1994.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação – Organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 17-27.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*; psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, s.d.

GUERRERO SERÓN, A. ¿Por qué el profesorado no se sindicaliza? In: SÁNCHEZ, J. M. (Ed.). *La sociología de la educación en España*. Madrid: J.M.S. Editor, 1991. p. 187-195.

_____. *El magisterio en la comunidad de Madrid: un estudio sociológico*. Madrid: Consejería de Educación y Cultura, 1993.

LOURO, Guacira. Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; 2011a.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 443-481.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*. vol.16, n.2, p. 333-357, 2008.

SANTANA, Vera. *Gênero nos sindicatos. Igualdades, desigualdades e diferenças. Cadernos de emprego e relações de trabalho*, n. 08. Lisboa: Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense/SMC, 1991. 285 p.

STREET, Susan. El género como categoría para repensar al sujeto popular: dos generaciones en el activismo femenino del magisterio democrático mexicano. In: GALVÁN LAFARGA, Luz Elena; LÓPEZ PÉREZ, Oresta (coords.). *Entre imaginarios y utopías: historias de maestras*. México: Publicaciones de la Casa Chata, 2008. p. 395-420.

Corpus documental

BUFALO, Joseane Maria Parice. *Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001)*. 2009. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CAMARGO, Kátia Pereira Coelho. *Relações sociais de gênero entre mulheres/professoras na regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho*. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

CARMINATI, Fábila Liliã Luciano. *Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve*. 1993. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CHILLEMI, Margaret Maria. *Produção de subjetividade, militância e gênero*. 1997. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DOTTI, Corina Michelin. *Representações de mulheres professoras: incursões nos espaços público e privado*. 1994. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FARIAS, Maria de Lourdes Mazza de. *Nem rosa, nem azul: relações de gênero na família, na escola e no sindicato*. 1998. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SANT'ANA, Ruth Bernardes de. *Professores de 1.º e 2.º Graus: representação social e mobilização coletiva*. 1993. 186f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIANNA, Cláudia. *Os nós do "nós": ação coletiva docente no ensino estadual paulista (1990/1997)*. 1999. 301f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.